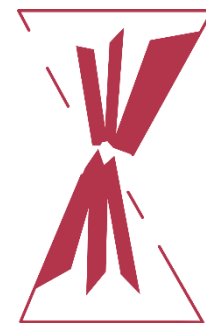


Os meios virtuais como espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil: *negacionismo, informações falsas e desinformação*

Virtual media as a space for dispute over the memory of the military dictatorship in Brazil: denialism, fake information and misinformation



OLIVEIRA, Pedro Carvalho*

 <https://orcid.org/0000-0003-0393-4143>

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar a instrumentalização dos meios de comunicação virtuais como arena de disputa por uma memória positiva da ditadura militar no Brasil. Partimos da hipótese de que a virtualidade permite a construção de discursos negacionistas singulares, por meio dos quais informações falsas ganham força na forma enganosa de textos verossímeis. Nesse sentido, pretendemos examinar informações falsas para compreendermos os meandros do negacionismo da ditadura como trauma coletivo, resultando na perpetuação de um projeto político autoritário viável no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Ditadura Militar; Negacionismo.

ABSTRACT: This article aims to analyze the instrumentalization of virtual media as an arena for dispute over a positive memory of the military dictatorship in Brazil. We start from the hypothesis that virtuality allows the construction of singular denialist discourses, through which false information gains strength in the misleading form of credible texts. In this sense, we intend to examine false information to understand the intricacies of denialism of the dictatorship's status as a source of collective trauma, resulting in the perpetuation of a viable authoritarian political project in the present.

KEYWORDS: Memory; Military Dictatorship; Denialism.

Recebido em: 26/03/2025

Aceito em: 30/05/2026

Introdução

“Resgatar uma versão da história mais ampla”. Este era o desejo do então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, quando sugeriu, ao comentar o aniversário dos 55 anos do golpe de 1964, uma mudança nos livros didáticos brasileiros de história. Para ele, estava claro o viés ideológico dos livros, pois os militares não teriam erigido uma ditadura, mas sim um “regime

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá/PR. Professor do colegiado de História da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: pedro.co@univasf.edu.br.



democrático de força”, o contrário do que se ensinava nas escolas. Portanto, a “versão mais ampla” da história almejada pelo ex-presidente deveria alinhar-se a uma imagem do passado endossada pelo seu governo: o triunfo da pátria contra uma ameaça nefasta. Tal perspectiva fica evidente quando se observa o telegrama enviado, naquela ocasião, pelo Governo Federal ao relator especial da Organização das Nações Unidas sobre Promoção da Verdade, Justiça e Reparação, afirmando que não houve golpe de Estado, mas sim uma ação militar para combater o comunismo em 1964 (Oliveira, 2019).

O negacionismo da ditadura militar no Brasil não é uma prática recente, tampouco remonta apenas a um passado próximo. Contudo, é visível como a prática de negar a ruptura política, a repressão, a tortura e o comportamento antidemocrático do Estado comandado pelos militares durante 21 anos se tornou algo mais abrangente desde 2016, quando a extrema-direita ganhou força no afluxo de um rechaço generalizado contra agendas progressistas. Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), então removida à força da presidência, fora ela mesma uma militante política presa e torturada pela ditadura, fato que motivou seu esforço em colaborar com a instauração da Comissão Nacional da Verdade. Desde então, o negacionismo da ditadura militar foi impulsionado e, com as redes sociais, ampliou-se, sendo propagado para grupos de mensagens instantâneas e resultando no crescimento do número de representantes políticos de extrema-direita, simpáticos ao militarismo dos “anos de chumbo”, desde as eleições de 2018 (Zani, 2023).

Entendemos como negacionismo a prática de negar uma realidade factível, comprovada por meio de investigações acadêmicas e científicas respaldadas por análises responsáveis, realizadas por uma comunidade capacitada profissionalmente para atestar sua legitimidade. Normalmente, a prática negacionista recai sobre verdades incômodas, desconfortáveis, cuja existência aguça a sensibilidade pública e desperta debates apaixonados. Durante muito tempo, o exemplo mais conhecido disto foi o negacionismo do Holocausto, a recusa em aceitar a autenticidade dos documentos e das perícias sobre o assassinato em massa de judeus pelos nazistas. Negar tal fato se tornou um meio de tentar evitar a responsabilização por crimes contra a humanidade, além de perpetuar o ódio contra os judeus e proteger agendas reacionárias em todo o mundo (Rousso, 2016).

Para questionar a verdade, os adeptos do negacionismo usualmente se valem de práticas específicas. Primeiro, a condenação de resultados de pesquisas sérias por as considerarem enviesadas, quando as conclusões contrariam os seus interesses. Depois, é

comum a apresentação de pesquisas e dados alternativos, capazes de corroborar com a forma de pensar do negacionista. Por exemplo, S. E. Castan, ao argumentar que o Holocausto era uma mentira vitimista criada pelos judeus, utilizou fotos de cadáveres em outro contexto de morticínio em massa para afirmar que o mesmo poderia ter sido feito a fim de criar uma ilusão sobre a violência nazista (Cruz, 2012). Assim, outra prática comum ao negacionismo é buscar a conversão da vítima em algoz, como meio de justificar a sua posição: “não houve golpe, mas sim uma ação para salvar o Brasil do comunismo”. Este é o discurso negacionista mais comum no caso por nós investigado.

O negacionismo é, portanto, um esforço para revisar a história e as dobrar para fazer mentiras se passarem por verdades, corroborando com visões de mundo geralmente excludentes, autoritárias e violentas. A prática do negacionismo é mais comum na extrema-direita, como o próprio exemplo da negação da ditadura militar e do Holocausto nazista o exprimem. Negar o trauma ocorrido é uma forma de disputar a memória sobre ele, com o propósito de consolidar no presente uma imagem sobre o passado que possa garantir projetos políticos de sociedade para o futuro. Por isso, o negacionismo do golpe e da ditadura militar são formas de legitimar o autoritarismo e garantir sua presença como alternativa política viável atualmente.

O objetivo do nosso trabalho é analisar como o negacionismo da ditadura militar brasileira tem sido atualmente um instrumento de disputa pela memória nos espaços virtuais. Estes espaços permitem a instrumentalização e amplificação de discursos negacionista, por meio de recursos de desinformação. Para realizar nossa investigação, utilizaremos informações falsas de viés negacionista sobre a ditadura recolhidas pela Agência Lupa, especializada no arquivamento deste tipo de documento. A escolha desta agência em específico se deu pelo fato de seu repositório concentrar e organizar um acervo bastante completo de informações falsas, garantindo celeridade à pesquisa e evitando o trato com documentos espalhados à esmo pela Internet. As informações falsas foram localizadas no acervo a partir de uma varredura e do mapeamento de cada uma delas; posteriormente, classificamos o conteúdo e o separamos em categorias, a fim de definirmos nossas prioridades a partir do volume contido em cada seção. O propósito é demonstrar, primeiro, as vicissitudes da memória que a extrema-direita busca construir sobre a ditadura militar e, depois, mostrar como os meios virtuais são profícuos para o negacionismo.

A História do Tempo Presente e a presença do passado traumático

Antes de prosseguirmos com a discussão, é indispensável destacarmos a afiliação deste trabalho com a História do Tempo Presente. É fundamental fazermos isto pois é pelo norte deste campo do conhecimento histórico que nosso olhar será direcionado sobre o objeto definido. Não apenas porque o foco temporal deste artigo é o presente, mas porque é incontornável olharmos para o passado a fim de compreendermos nosso tempo. Evidentemente, este é um exercício comum para muitos profissionais da História, não sendo uma exclusividade da História do Tempo Presente; neste caso, contudo, o foco se destina principalmente à presença.

A História do Tempo Presente é uma área do saber histórico, cujo arcabouço teórico e procedimentos metodológicos foram forjados para lidar com um problema em específico: a presença de um passado traumático. Ela surge na França, no final dos anos 1970, respondendo a uma demanda pela compreensão sobre o retorno da popularidade do fascismo em meio à crescente crise econômica e migratória corrente na Europa, onde partidos de extrema-direita e líderes neofascistas, como Jean-Marie Le Pen, ganhavam a confiança do eleitorado (Rousso, 2016).

Uma das questões-problema típicas da História do Tempo Presente era: por que após a revelação dos crimes cometidos pelos fascistas, os franceses demonstravam progressivo interesse em agendas neofascistas? A maior parte dos pesquisadores, cujos trabalhos convergem esforços no sentido de responder à indagação, estava convicta de que os anos de ocupação da França pelos nazistas, após uma vitória militar rápida em 1940, foram fundamentais para o estabelecimento de uma predisposição de grande parte da população francesa a simpatizar com o nazismo. Tal simpatia não parecia uma novidade, pois a história francesa possuía diversos casos de perseguição aos judeus. No início dos anos 1940, a França era o país com mais judeus na Europa Ocidental (Shepperd, 2009).

Outra circunstância agravante era o fato de que desde o fim da ocupação nazista, em 1944, a historiografia acadêmica francesa não havia se preocupado em tratar do problema. Por um lado, a ocupação fora deixada de lado porque era algo recente, portanto desprovido de qualquer substância para um olhar distanciado. Predominava na história, como continuidade da influência metódica, a necessidade de se debruçar sobre um passado mais remoto que pudesse livrar o historiador dos riscos de perder a objetividade e a parcialidade (Sharpe, 2011). Por outro lado, havia receio de que uma história do passado recente pudesse

se tornar instrumento político contra os colaboradores da ocupação, muitos deles ainda vivos e carregando as marcas da cooperação nos ataques contra os inimigos do nazismo. Estes esperavam a absolvição da História, pois estavam convencidos de que apenas haviam obedecido ordens, ou “dançado conforme a música” para evitar retaliações.

Quando François Bédarida (2006) articulou as premissas metodológicas da História do Tempo Presente, fez questão de esclarecer a importância de os historiadores envolvidos com essa área se aterem às funções sociais da História, dentre as quais estava explicar o presente observando o aprimoramento das relações sociais, um fundamento basilar da Escola dos Annales, da qual Bédarida era filho. Ao fim da Segunda Guerra, houve uma mudança substancial nos paradigmas das ciências humanas, portanto também da História. Os velhos esquemas explicativos já não conseguiam mais lidar com a complexidade de um mundo que testemunhara a banalização da violência, o assassinato sistemático de pessoas empreendido pelo Estado, a logística coletiva de desumanização de populações inteiras e o imperialismo visceral. Havia demanda por explicações e por justiça, e essa demanda alçou os historiadores à condição de peritos, peças importantes inclusive na formulação dos casos que permitiram o julgamento dos responsáveis por crimes contra a humanidade (Rousso, 2016).

A História do Tempo Presente é fruto desse contexto. À demanda por explicações sobre como a humanidade havia chegado a tão elevado patamar de destruição, responderá fugindo dos documentos oficiais do Estado e dará voz às testemunhas — da guerra, dos campos de extermínio, das cidades bombardeadas, da perseguição. Por isso, a História do Tempo Presente privilegiava como fonte, no contexto de seu surgimento, os depoimentos das testemunhas, portanto a oralidade. Nesse sentido, a memória possuía uma importância ímpar. Além disso, houve um cuidado em observar a ação pública voltada à memória e à justiça contra os crimes e a perseguição. É, portanto, um setor da história comprometido com a posição cidadã do historiador, incapaz de ser isolado de sua humanidade para agir apenas como cientista (Frank, 1999). Como ser neutro diante da catástrofe?

Se a História do Tempo Presente busca conhecer a persistência de um trauma (o nazismo, a ocupação, a perseguição, a guerra, o genocídio, as ditaduras), ela quer compreender as estruturas permissivas à presença de um passado traumático. Quando não devidamente cuidado, o trauma coletivo se torna uma ferida aberta e dolorida que não cicatriza. As políticas públicas de preservação da memória sobre os terrores do Holocausto educaram gerações de alemães comprometidos com o esforço de impedir qualquer novo

empreendimento como aquele. Embora hoje a extrema-direita neofascista esteja ganhando espaço na Alemanha, não há dúvidas de que ainda predomina uma memória engajada em rechaçar os horrores perpetrados pelo nazismo em boa parte da Europa.

Para a História do Tempo Presente, a relação entre História e memória coletiva é de suma importância. Afinal, a memória é uma instância criativa de construção das identidades, que permite às sociedades se relacionarem com o passado e estabelecerem contato com valores constitutivos de suas identidades. Ao mesmo tempo, ela pode se contrapor a uma memória oficial e apresentar subsídios para questioná-la. Por permitir também uma interpretação dos saberes sobre o passado, a memória serve à história como fonte e meio para conhecer as disputas por um tempo que não se vive mais, mas nem por isso está morto (Barros, 2009). Portanto, a memória é uma das formas pelas quais a humanidade permite a presença do passado.

Por memória não se entende apenas a capacidade de lembrar o passado, mas também de evocá-lo no presente por meio de diferentes formas discursivas, sejam elas verbais ou de qualquer outra natureza. Os lugares de memória, onde ela é ritualizada materialmente para dar ao público um lugar com o qual possa se relacionar para ser educado sobre o passado (museus, monumentos, praças, ruas), são exemplos de como a memória se organiza na forma de discurso teatralizado. Essa materialização serve a intencionalidades culturais, mas também políticas – quando não serve às duas ao mesmo tempo (Le Goff, 1990). Se na Alemanha predominam espaços nos quais os alemães aprendem sobre os horrores do nazismo, como o Brasil lida com a memória da ditadura? Ruas, praças, escolas e bairros levam nomes de generais, criando laços de simpatia com esse passado traumático. Não surpreende a grande confiança que muitos brasileiros ainda depositam sobre uma versão romantizada (e inverossímil) da ditadura.

Hoje, a História do Tempo Presente não recorre apenas ao testemunho oral para lidar com a memória de um passado vivo. Outras fontes documentais foram incorporadas ao seu rol de possibilidades. No caso das fontes digitais, fruto dos meios virtuais, é fundamental observar sua singularidade, bem como sua relevância em um mundo cada vez mais conectado. Do nosso ponto de vista, a internet e os meios virtuais têm sido grandes aliados para o negacionismo e para suas armas mais potentes: as peças de desinformação. Por meio da virtualidade, o passado traumático da ditadura é organizado e exposto para consolidar uma memória positiva sobre ele.

Fontes virtuais, problemas reais: a digitalização das relações e da desinformação

Existe um mal-entendido muito comum, e em certa medida compreensível, quando nos referimos aos espaços virtuais. Eles são corriqueiramente tratados como dimensões à parte da realidade humana, quando na verdade são uma extensão dela. O virtual é uma forma específica de realidade. O que fazemos nas redes sociais, por exemplo, não é uma fantasia (embora as redes deem vazão a fantasias humanas), tampouco ação de um avatar digital independente: são atitudes reais, produzidas por seres humanos, embora sejam praticadas em um espaço singular. Os meios de comunicação digitais e suas estruturas correspondem a necessidades humanas e servem a elas (Lévy, 1999).

Conforme a internet foi se tornando uma rede de comunicação doméstica, no início dos anos 1990, diversos teóricos começaram a se debruçar sobre as relações humanas nos espaços virtuais e como estas resultavam de interações e em transformações que desenvolveram uma cultura nova. Pierre Lévy (1999) talvez tenha sido um dos mais célebres intelectuais a divulgar o conceito de *cibercultura* para explicar formas de expressão e comportamento humano dentro dos meios virtuais, onde há uma relação de trocas mútuas. Para ele, o *ciberespaço* não opera independentemente das ações, desejos e interesses humanos: ele deriva justamente destes fatores. Os meios virtuais provêm de nossa intervenção; eles são, portanto, humanos, não parte das atitudes de uma máquina pensante e autônoma, um ente com vontade própria.

O *ciberespaço* é o território por meio do qual a rede mundial de computadores se conecta. O conceito define não apenas as estruturas desse espaço, mas também o universo simbólico que o atravessa e os efeitos das ações humanas na interação com as máquinas. Já a *cibercultura*, para Lévy (1999, p. 17), é um conceito que especifica o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Desta forma, podemos sublinhar que a *cibercultura* advém da intervenção humana no desenvolvimento de uma tecnologia comunicacional virtual. Portanto, surge desta relação humanos-máquinas uma cultura própria.

A modalidade na qual a *cibercultura* foi criada e vem se desenvolvendo é a virtual. É comum confundirmos virtual com irreal, mas é preciso insistir na superação deste equívoco. O próprio Lévy (1999) entende que virtual é o real em potencial – ou seja, é uma modalidade da realidade. A foto que postamos em uma rede social, mesmo editada e modificada, incapaz

de ser tocada por nossas mãos, não é uma ilusão: ela é real – podemos vê-la e interagir com ela, sua presença nas redes pode causar efeitos e situações com impactos reais. Porém, o meio no qual se dissemina possui singularidades e potencialidades próprias, que não existem fora dele. O que fazemos na internet é uma continuidade das nossas vidas manifesta em um espaço inusual, é verdade, mas não menos real. A necessidade de postar uma fotografia nas redes sociais é humana e utiliza o virtual para ser saciada. Esta é uma expressão do que é *cibercultura*.

Temos acompanhado frequentes reportagens sobre casos mal sucedidos de intervenções estéticas faciais (O Globo, 2024). O crescimento da demanda por esses procedimentos parece coincidir com o aumento no uso das redes sociais virtuais, da ampliação dos meios para acessá-las e da tecnologia para representar novas formas de aparência física, obedecendo às vontades do usuário. Filtros, ferramentas de edição e aplicativos de fotografia e filmagem se popularizaram, oferecendo aos usuários condições mais variadas de adequarem sua aparência a padrões disseminados socialmente, dentro e fora da rede. Não surpreende que a imersão nos meios virtuais, onde podemos realizar o que não conseguimos fora deles, esteja levando as pessoas a buscarem ter fora das redes a aparência mais próxima da que têm dentro delas. É como buscar um filtro para o mundo não-virtual. Trata-se de um exemplo de como a relação entre o virtual e o que está fora desse espaço é dialética.

A possibilidade de postar opiniões em uma rede social é fruto do interesse humano em se comunicar, acionando as vastas possibilidades de se fazer isto: simbólica, imagética, discursiva, entre outras. Tanto brasileiros quanto estrangeiros fazem isso. Porém, embora às vezes o façam de forma idêntica, podem operar de formas diferentes. Na rede social em que isto é viável, postamos imagens cujo formato não possui qualquer condição de existência fora dela. Dessa forma, a rede social impõe ao usuário um comportamento que impacta diretamente na sua vida fora das redes. É o caso das informações falsas. Vamos a um exemplo. Em 2022, após a vitória de Lula sobre Bolsonaro, que tentava a reeleição para a presidência do Brasil, muitos manifestantes foram às ruas demonstrar sua contrariedade com o resultado do pleito. Predominava entre eles o discurso de que não houve lisura no processo eleitoral, tendo este supostamente sido manipulado para dar a vitória ao petista. Em um dos muitos acampamentos de apoiadores de Bolsonaro, montados em frente a quartéis de todo o Brasil para canalizar as súplicas por intervenção militar, um grupo de pessoas comemorou a notícia de que o ministro do Superior Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, havia sido preso como

parte de um movimento para devolver o poder a Bolsonaro (Estado de São Paulo, 2022). Indignados, muitos cidadãos brasileiros se perguntaram como era possível que as pessoas tivessem acreditado naquilo sem que buscassem qualquer confirmação. A crença em informações falsas não é cega e é uma consequência do negacionismo.

No caso supracitado, a informação é a óbvia expressão de uma negação. Para as pessoas que comemoraram a falácia, não importava sua veracidade. Negando a realidade, importava crer no potencial da informação e em como ela correspondia aos anseios da extrema-direita. De forma similar, as pessoas se convencem de que a imagem virtual que criamos de nós mesmos nas redes sociais pode ser mais válida do que aquela existente fora delas. Consequentemente, se as pessoas não acreditam em informações falsas capazes de saciar seus desejos, todo o universo simbólico do virtual deixa de ter sentido para elas. Desta forma ficaria reconhecida, então, a falsidade de nossa aparência construída nas redes – seja essa aparência física ou intelectual. Ora, se os meios virtuais, por onde a militância de extrema-direita tem preferencialmente atuado para difundir ideias e articular visões de mundo, permitem a crença na possibilidade de tudo, tornou-se mais fácil crer na mentira.

Há certo consenso em torno do fato de que o termo *fake news* (notícias falsas) foi cunhado, para projetar desinformação com fins políticos, nas eleições presidenciais dos EUA em 2016, quando conteúdos falsos sobre a então candidata democrata Hillary Clinton foram compartilhados acintosa e sistematicamente por apoiadores de seu adversário, o republicano Donald Trump. Algumas análises afirmam categoricamente que a vitória de Trump no pleito foi garantida pelo impacto das *fake news*, fundamentais para manter o apoio de uma militância aguerrida e atrair votos de eleitores indecisos (Allcot; Gentzkow, 2017; Ribeiro; Ortellado, 2018).

Hunt Allcot e Matthew Gentzkow (2017) fornecem a definição mais utilizada e reconhecida sobre as notícias falsas. A característica basilar das *fake news* é a intencionalidade do falseamento visando um objetivo político específico: ludibriar eleitores e aproximá-los do projeto de determinado grupo, afastando-o de outro. Elas também garantem a fidelização a um projeto político, além de impactar diretamente na reputação do adversário, buscando causar danos à sua integridade e difamá-lo publicamente ocasionando perda de apoio.

As notícias falsas se somam aos esforços maniqueístas que simplificam as disputas políticas e as aprisionam a uma arena onde “o bem enfrenta o mal”. Falsificam as intenções dos rivais, geralmente atribuindo a eles comportamentos nocivos e repudiáveis, quando não

imorais. As notícias são fabricadas com esse interesse e, essencialmente, buscam estabelecer uma aproximação ou fidelização entre o povo e uma agenda política específica. Servem de argumentos para suplantar pesquisas, reportagens e análises responsáveis e científicas. Neste trabalho, não estamos aludindo às *fake news*, pois segundo a definição aqui referenciada elas são mais elaboradas, discursivamente persuasivas, e construídas sob a forma de uma notícia comum; além do mais, são destinadas a um público leitor, para o qual a profundidade do texto noticioso tem certa importância. Por isso, temos utilizado o termo *informações falsas*, pois nossas fontes documentais são peças curtas, pouco elaboradas e propositalmente superficiais.

No terreno de disputas pela memória da ditadura militar, tanto as notícias quanto as informações falsas têm um importante papel: jogar luz sobre as supostas benesses do regime e descredibilizar informações sérias contrárias a ele. Desta forma, desinformam o público e substituem a análise científica consolidada por percepções enganosas sobre todo o processo. Ao mesmo tempo, minam a reputação das pessoas que se opuseram e se opõem à ditadura, exprimindo como se dá a presença do passado traumático. Tudo isso ocorre com o objetivo de tornar a ditadura militar um modelo viável no presente, desfazendo a voracidade do trauma que causou e evocando a imagem de um regime político ideal. Não se pode subestimar a força com a qual a invasão aos Três Poderes, em 08 de janeiro de 2023, foi, em muito, propiciada pela desinformação e pelo negacionismo. Apesar de malograda a *intentona golpista*, seus ecos permanecem.

O negacionismo da ditadura militar e o presente sombreado pelo trauma do passado

Às vésperas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2021, o ex-presidente Jair Bolsonaro solicitou ao Ministério da Educação, à época comandado por Milton Ribeiro, a substituição do termo “golpe” por “revolução”, quando as provas abordassem o contexto da ruptura de 1964 (Carta Capital, 2021). Não parece um pedido improvável, tampouco estranho, pois além de o ex-presidente, um capitão, ser um reconhecido saudosista dos governos militares, essa não foi a primeira vez que seu governo buscou mudanças desse tipo. Em abril de 2019, o então ministro Ricardo Vélez, à frente do MEC, prometeu, a pedido do presidente, mudar os livros didáticos brasileiros por resistirem ao que chamou de “visão mais ampla” da história, pois o 31 de março de 1964 não teria sido palco de um golpe, mas do resultado de

desejos soberanos da nação brasileira (El País, 2019), conforme sublinhado no início do artigo. Vélez não obteve sucesso em seu intento.

O exemplo acima citado é uma oportunidade para tratar rapidamente sobre uma das âncoras do negacionismo: o revisionismo, ou a forma como a extrema-direita tem se apropriado dele. Embora revisar paradigmas, métodos e teorias da história, bem como procedimentos para a análise de processos históricos e suas conclusões, não seja uma prática incomum, tampouco impertinente, devemos ressaltar como para a extrema-direita o revisionismo teve outro aspecto ao longo do século XX. Sua função geral foi a de questionar resultados de pesquisas acuradas para substituí-los por outros, capazes de satisfazer interesses políticos. Isso tem servido como pretexto para acusar fontes e documentos de serem falaciosos, mesmo que tenham sido produzidos pelos alvos de sua defesa: como negar a ocorrência do Holocausto, quando os próprios nazistas produziram vasta documentação sobre sua existência? Falseando e distorcendo a realidade, este tipo de revisionismo busca escancarar uma suposta posição tendenciosa por parte das ciências, da academia e do jornalismo exigindo, sobretudo de historiadores, uma postura neutra. Quando operado desta maneira, o revisionismo se torna um aliado para o negacionismo (Valim; Avelar; Bevernage, 2021).

A exigência pela neutralidade – ou por um certo tipo de neutralidade — por parte dos historiadores esbarra em dois problemas. O primeiro é o fato de que esta exigência parte de um lugar já enviesado. Por exemplo, quem exige um tratamento igual para as investigações sobre a tortura e para a luta armada de esquerda (ou as “campanhas terroristas” contra as quais o golpe de 1964 teria reagido) durante a ditadura, parte do pressuposto de que o Estado de exceção permanente foi legítimo e necessário. O tratamento não pode ser equilibrado simplesmente porque, de um lado, havia as Forças Armadas, apoiadas pelos EUA e dispondo de todo aparato estatal de repressão e propaganda a seu favor, de outro, organizações civis pouco numerosas, precariamente estruturadas e sem o mesmo poderio. Não havia pé de igualdade entre os dois casos, tampouco uma ameaça frontal imposta pela luta armada (Motta, 2021). Portanto, a exigência por “olhar para os dois lados” vem de um esforço pela defesa de um golpe e de um regime violentamente repressivo.

O segundo problema está relacionado à própria função social da história. Como, diante da tortura, da ameaça e da violência; do desrespeito aos Direitos Humanos; da imposição de mecanismos de exceção, opressão e censura, o historiador será neutro? Como, diante do

Holocausto, do genocídio, da catástrofe global, isso pode ser possível? Se Marc Bloch (2001) insiste em defender que não há história sem humanidade, como podemos defender o que a destrói? Compreender os motivos pelos quais a tragédia e o trauma ocorreram é uma coisa. Outra coisa muito diferente é humanizar o algoz, no sentido de lhe conceder qualquer indulgência pois teria agido pela força das circunstâncias históricas de sua época (Fico, 2012). Contudo, é isto que os defensores de uma memória positiva da ditadura buscam fazer.

Em 2024, circulou por grupos de mensagens instantâneas a teoria, bastante difundida, de que:

O regime militar só foi ruim pra vagabundo comunista (esses que aí estão até hoje, políticos, artistas, cantores, jornalistas etc)...eles praticavam terrorismo, ASSALTO EM BANCOS, JOGAVAM BOMBAS EM SOLDADOS, FAZIAM ARRUAÇAS, praticavam coisas terríveis (Rômany, 2024, p. 01).

Não obstante seja mentirosa a afirmação de que apenas criminosos tenham sido vitimados pela ditadura, a informação falsa associa artistas, cantores e jornalistas à ação ameaçadora contra a qual o Estado podia apenas se defender. Não fica claro se a mensagem atribui a esses profissionais um comportamento terrorista, mas é evidente a forma como todos são conectados a um mesmo conjunto de atos subversivos, na linguagem tradicional da ditadura.

O argumento da reação à ameaça subversiva é típico das narrativas que buscam uma memória da ditadura como instrumento de salvação nacional, necessária para impedir a tomada do país pelos comunistas. Quem se debruçar sobre as memórias pessoais do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, descritas em *A Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, vai se deparar com uma síntese da referida perspectiva. Neste caso, Ustra contou com o auxílio de sua esposa, historiadora, para corroborar suas afirmações de que a luta armada no Brasil estava descontrolada. Ela deu aporte contextual, ao tratar da Guerra Fria, à narrativa de que os atentados promovidos por grupos de esquerda estavam levando o Brasil ao caos, fato que propiciava convulsões revolucionárias contra as quais os militares precisaram agir. Porém, falta ao livro mais do que as memórias pessoais de um militar ativamente participante nas tramas da ditadura. As discussões históricas propostas carecem de documentação e aprofundamento para corroborar as afirmações do autor, pois elas não possuem qualquer compromisso metodológico.

Intitulada *Coisas que você nunca aprendeu nos livros de história do MEC*, uma informação falsa circulava em maio de 2021 ecoando as premissas de Ustra em seu livro e o negacionismo quanto ao golpe de 1964, ressaltando uma pretensa ação em defesa da pátria. A informação dizia que Dilma Rousseff, ex-presidente petista, havia sido responsável pela morte do soldado Mário Kozel Filho, nos anos 1960, ao jogar uma granada no portão do quartel general do exército. O *card*, com o rosto de Kozel, trazia uma inscrição que encerrava o texto dizendo: *sim, tivemos uma terrorista assassina como presidente* (Macário, 2021). Até o dia 25 de maio de 2021, a informação havia sido compartilhada 380 vezes, apesar de não tratar da realidade.

Para reforçar a ideia de uma resistência contra o terrorismo da esquerda, informações falsas como esta buscam associar personalidades políticas, com as quais a extrema-direita possui desavenças, a atos hediondos. Muitas vezes, esta prática encontra respaldo na imprensa tradicional, pois, frequentemente, esta tem se mostrado avessa a representantes e agendas progressistas, ou cujas orientações comprometam estratégias econômicas acentuadamente liberais. Com isso, parte da extrema-direita de hoje se valeu de uma longa matéria de três páginas, publicada pela Folha de São Paulo em 2009 – portanto, um ano antes das eleições presidenciais das quais Dilma sairia vitoriosa —, na qual uma ficha policial falsa de Dilma fora tratada como documento verídico (Odilla, 2009). No registro, posteriormente desmentido, as supostas ações subversivas de Dilma eram sumarizadas, inclusive o falso ataque contra Kozel Filho. Após a comprovação da falsidade documental, o jornal se retratou.

Entre 2016 (ano em que Dilma foi derrubada do governo) e 2020, a extrema-direita resgatou a notícia com a ficha falsa e a fez novamente circular como verdadeira (Prata, 2020). Um dos grandes objetivos das notícias falsas é não apenas colaborar com a construção do negacionismo da realidade, buscando respaldar o seu falseamento, mas realizar isto por meio da destruição de reputações dos sujeitos envolvidos com agendas políticas contrárias às da extrema-direita. Podemos citar diferentes exemplos. A começar pela informação falsa de que a escritora e ativista Maria Amélia de Almeida Teles, “junto com seu marido, matou e esquartejou militares em nome da ditadura do proletariado”. Até as 20 horas do dia 23 de outubro de 2018, véspera das eleições presidenciais, a falsa informação havia sido compartilhada 73 mil vezes (Resende, 2018a). Porém, não há qualquer documento público que ateste a veracidade das afirmações contra Amelinha.

Outros exemplos se seguem: Ricardo Lewandowski, ex-ministro do STF (instituição

constantemente atacada pela extrema-direita brasileira) e hoje ministro da Justiça e da Segurança Pública, foi acusado, por uma informação falsa, de ter participado do Movimento 8 de Outubro, uma organização armada comunista dos anos 1970 (Resende, 2018b). A jornalista Miriam Leitão, que ganhou a antipatia da extrema-direita por fazer algumas críticas à política econômica do governo Bolsonaro, foi constantemente acusada de ter participado de roubo a bancos durante a ditadura, tendo sido presa por isso (Soares, 2025). Não há qualquer comprovação sobre ambas as informações. A busca por um passado criminoso ou “subversivo” de personalidades do presente, cujos posicionamentos incomodam a extrema-direita apoiadora da ditadura, é uma constante no falseamento da realidade para respaldar o negacionismo.

O negacionismo é, portanto, um processo complexo e cheio de meandros. O negacionismo da ditadura militar brasileira, em específico, assumiu uma presença constante nos debates públicos, sobretudo após o estabelecimento de representantes políticos saudosistas daquele período em instâncias formais de poder no Brasil. Por meio da internet, os negacionistas encontram meios de instrumentalizar espaços virtuais a fim de criar subsídios para disputar a memória da ditadura. Com isso, encontram um meio singular, no qual a maior parte dos brasileiros está inserida, para fazer com que mentiras passem como verdades.

Considerações finais

Não é estranho vermos reflexões de pesquisadores ou jornalistas evocando o *mito da caverna*, de Platão, para aludir à forma como vivemos conectados aos espaços virtuais. A comparação é profícua e vale resgatarmos rapidamente uma síntese da alegoria. Nela, Platão apresenta um cenário conhecido: pessoas acorrentadas a uma parede, dentro de uma caverna, a verem sombras projetadas pelo reflexo da luz como se fossem um retrato totalizante da realidade. Porém, elas são virtuais. Não exprimem a totalidade do mundo fora da caverna, mas apenas fragmentos dele que somente podem existir na forma de sombras. Não são imagens irreais, mas estão incompletas – são parcialidades. Eis o dilema: sair da caverna e encontrar, em um mundo conturbado e insólito, o que está por trás das sombras, ou permanecer na caverna, acreditando serem as sombras a única verdade possível e confortável?

Se trouxermos o dilema para o mundo em que vivemos, a pergunta mais pertinente

pode ser: é melhor encarar um mundo complexo e instável, no qual nem sempre nossas opiniões serão relevantes e nossos interesses serão saciados, ou abraçarmos o que existe nos meios virtuais como única expressão da realidade; uma realidade vista como segura, incapaz de ameaçar nossos sonhos? Para muitas pessoas, a resposta é simples: parece mais interessante se manterem ancoradas a uma realidade na qual tudo parece possível, em especial a manipulação de fatos para criar uma atmosfera onde o que se deseja se torna mais atraente e potencialmente possível.

Quando se observa as informações falsas sobre a ditadura militar que têm sido espalhadas sistematicamente pelos meios virtuais, temos um claro exemplo do esforço para utilizar as especificidades do *ciberespaço* e consolidá-lo como terreno privilegiado de manipulação da realidade. Nesse sentido, as características do meio permitem uma exploração de suas potencialidades quanto à categorização de mentiras como verdades absolutas. Ele tem sido transformado em uma dimensão que não apenas deve, mas que é capaz de suplantar a academia, a ciência e qualquer outro meio sistemático de análise da realidade. Se nesse meio nossos discursos e aparências correspondem aos nossos desejos, pois são a potencialidade emergente permitida pelo virtual, também as informações políticas e as disputas por memória podem forçar uma correspondência às nossas visões de mundo.

No caso da ditadura militar brasileira, o falseamento da realidade se constitui em prática negacionista, por meio da qual se busca forjar uma memória específica do passado. Essa memória é intencionalmente fabricada para resgatar a ditadura como regime político viável, quando as esperanças de uma extrema-direita cada vez mais ávida se frustram frente a perspectivas democráticas e progressistas. Portanto, a memória da ditadura é construída a partir da rejeição à factualidade, às análises históricas consolidadas e à própria memória das testemunhas. Nos meios virtuais isso se torna mais viável.

Rejeitar as análises históricas consolidadas permite à extrema-direita se portar como ala rebelde do espectro político tradicional. Isso ocorre porque a crítica a historiadores e à ciência histórica como um todo se direciona à suposta ausência de neutralidade. Assim, opor-se às análises históricas é acreditar ser fiel a um posicionamento contestador, mesmo que este se baseie em informações falsas para respaldar um negacionismo dotado de pouca substância para corroborar suas afirmações. Contra a precisão científica, a dúvida imposta por meios alternativos de informação e conhecimento.

Os meios virtuais têm favorecido esta prática. Afinal, tratam-se de espaços nos quais

o virtual nos permite ações impensáveis fora deles. Portanto, nesses espaços conseguimos adequar nós mesmos a uma modalidade de existência e de comportamento específica favorável ao suprimento dos nossos desejos. A crença no virtual como modalidade essencial da sociedade contemporânea mobilizou forças para torná-lo a dimensão das mais vastas possibilidades, inclusive na compreensão da realidade externa como mera exteriorização do virtual.

Esta crença fortaleceu e foi fortalecida pelo empenho do Estado Brasileiro, entre os anos de 2019 e 2022, na forja e na difusão de informações falsas. A chamada “Abin paralela” e o dito “gabinete do ódio” foram importantes instrumentos de comunicação dedicados a desinformar para garantir a fidelidade dos eleitores a um determinado projeto de governo, para o qual a memória da ditadura militar era positiva. Buscando fazer com que a realidade se curve à virtualidade, a extrema-direita brasileira tem procurado articular essa memória. Isto passa principalmente pela tentativa de destruir a reputação de personalidades políticas que personificam visões de mundo contrárias. Desta forma, institui-se uma memória positiva da ditadura em um momento no qual a democracia brasileira busca, não sem esforço, finalmente se consolidar. É, portanto, uma memória que projeta a ditadura para um tempo posterior ao da sua existência, viabilizando sua presença em nosso tempo.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 219-229.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLSONARO pediu troca do termo “Golpe de 1964” por “Revolução” no Enem, dizem servidores. São Paulo, Carta Capital, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-pediu-troca-do-termo-golpe-de-1964-por-revolucao-no-enem-dizem-servidores/>. Acesso em: 25/01/2025.

CRUZ, Natália dos Reis. O neonazismo no Brasil: o caso da Editora Revisão. *In*: CRUZ, Natália dos Reis (org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 189-209.

MINISTRO promete mudar livros didáticos por “visão mais ampla” da ditadura. São Paulo, El País, 3 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/04/politica/1554334968_202816.html. Acesso em: 21/03/2025.

VÍDEO: bolsonaristas comemoram fake news de prisão de Alexandre de Moraes. Belo Horizonte, **Estado de Minas**, 1 nov. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/01/interna_politica,1415919/video-bolsonaristas-comemoram-fake-news-de-prisao-de-alexandre-de-moraes.shtml. Acesso em: 19/04/2022..

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. *In*: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 103-118.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACÁRIO, Carol. É falso que Dilma participou de atentado que matou soldado Mário Kozel Filho. **Lupa**, 25 maio 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/25/verificamos-dilma-atentado-mario-kozel-filho>. Acesso em: 27/06/2023..

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

O GLOBO. Mercado de estética atinge valor de US\$ 127 bilhões no mundo. **O Globo**, 3 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2024/04/03/mercado-de-estetica-atinge-valor-de-us-127-bilhoes-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 11/02/2025.

ODILLA, Fernanda. Grupo de Dilma planejava sequestrar Delfin. **Folha de S.Paulo**, 5 abr. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0504200906.htm>. Acesso em: 19/08/2023.

OLIVEIRA, Regiane. Governo Bolsonaro prega “negacionismo” sobre a ditadura. **El País**, 5 abr. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html. Acesso em: 22/04/2023.

PRATA, Pedro. Bolsonaroistas resgatam boato falso sobre participação de Dilma em assaltos a banco e homicídios na ditadura. **O Estado de S. Paulo**, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaristas-resgatam-boato-falso-sobre-participacao-de-dilma-em-assaltos-a-banco-e-homicidios-na-ditadura/>. Acesso em: 10/10/2023.

RESENDE, Leandro. Amelinha Teles não “matou e esquartejou” militares. **Lupa**, 23 out. 2018. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/10/23/verificamos-amelinha-militares>. Acesso em: 08/12/2023.

RESENDE, Leandro. Lewandowski não aparece em foto do Movimento 8 de Outubro. **Lupa**, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2018/12/05/verificamos-lewandowski-foto>. Acesso em: 19/02/2023.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas? Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

RÔMANY, Ítalo. 60 anos após golpe, grupos reciclam fakes nas redes para exaltar ditadura. **Lupa**, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2024/03/28/60-anos-apos-golpe-grupos-reciclam-fakes-nas-redes-para-exaltar-ditadura>. Acesso em: 13/07/2023.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 39-63.

SHEPPERD, Alan. **França, maio de 1940**: Hitler em Paris. Barcelona: Osprey Publishing, 2009.

SOARES, Gabriela. Miriam Leitão não foi presa por assalto a banco nem recebeu anistia. **Lupa**, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2025/02/25/miriam-leitao-nao-foi-presa-por-assalto-a-banco-nem-recebeu-anistia>. Acesso em: 06/06/2024.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 13-36, 2021.

ZANI, Gabriel Silva Ramos. **O negacionismo histórico sobre o Regime Militar nas redes sociais**. 2023. 86f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.